

A. I. Nº - 232968.0003/08-6
AUTUADO - CASA DE COUROS SANTANA LTDA.
AUTUANTE - ROGER ARAÚJO LIMA
ORIGEM - INFAZ FEIRA DE SANTANA
INTERNET - 17.12.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0396-04/08

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL.
a) RECOLHIMENTO A MENOS. Após retificações efetuadas pelo autuante, com base nas comprovações da defesa, o valor exigido foi reduzido. **b)** FALTA DE RECOLHIMENTO. Infração comprovada. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 14/05/2008, exige ICMS totalizando o valor histórico de R\$ 20.426,25, em razão das seguintes irregularidades:

1. Efetuou o recolhimento a menor do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. ICMS no valor de R\$ 15.516,51 e multa de 50%.
2. Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. ICMS no valor de R\$ 4.909,74 e multa de 50%.

O autuado, ingressa com defesa, fl. 1619, e aduz que na infração 01, o valor do débito, referente à data de ocorrência de 31/05/2004, no valor de R\$ 109,40 não existe, pois foi pago conforme fotocópia de DAE que anexa.

Também o débito relativo à data de ocorrência de 30/06/2006, ao invés de ser de R\$ 2.616,62 é de R\$ 2.370,18, em virtude do crédito utilizado referente à nota fiscal nº 27 ser de R\$ 636,00 e não de R\$ 386,55, por se tratar de nota fiscal oriunda do Estado da Paraíba, conforme fotocópia anexa.

O autuante presta Informação Fiscal (fls. 1634/1635), e apresenta os seguintes esclarecimentos, ao tempo em que retifica a autuação:

Quanto à ocorrência de 31/05/2004, item 1 da infração 1, comparando as informações dos DAES, fls. 1620/1621, com o demonstrativo de fls. 06 a 44, e documentos de fls. 45 a 1615, constatou que a empresa não apresentou a nota fiscal nº 532, porém está mencionada nos relatórios do livro Registro de Entradas, fls. 62 a 69, e que após os ajustes nos cálculos, constatou que o valor correto fica alterado para R\$ 121,41, em decorrência do recolhimento feito a menos, conforme demonstrativo de fls. 1630 a 1632 do PAF.

No que concerne à ocorrência de 30/06/2006, item 7 da infração 01, foi confirmado que houve erro no cálculo do demonstrativo de fls. 06 a 44, sendo a alíquota correta de 12%, uma vez que as mercadorias têm origem no Estado da Paraíba. Assim, concorda com os argumentos do autuado, e altera o valor do item 07 para R\$ 2.370,18, conforme documentos de fl. 1624, e registros do livro Registro de Entrada, de fls. 195 a 205, e demonstrativo de fls. 1630 a 1632. Propõe que o valor do Auto de Infração seja alterado para R\$ 20.191,81.

Salienta que a empresa ingressou com pedido de parcelamento junto à SEFAZ, Processo nº 4353080, fls. 1626 a 1629.

VOTO

Na infração 01 está sendo exigido ICMS referente à antecipação parcial, recolhido a menos, na condição de empresa de pequeno porte, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado, com fundamento no art. 352-A do RICMS/97.

A empresa ao ingressar com defesa aduz que o valor de R\$ 109,40 que lhe está sendo exigido referente à ocorrência de 31/05/2004, Nota fiscal nº 170869, já teria sido pago, conforme DAE que anexa, fl. 1620 do PAF. O autuante ao prestar a informação fiscal, verificou que, na verdade, o valor da antecipação parcial corresponde a R\$ 125,38 e que o autuado teria recolhido o valor de R\$ 3,98, restando a diferença de R\$ 121,41, que mantém neste lançamento, conforme demonstrativo de fl. 1631. Salienta também que a nota fiscal nº 532, emitida em 25/05/2004, não foi apresentada.

O autuante também concorda com os argumentos do autuado, com relação ao débito relativo à data de ocorrência de 30/06/2006, que ao invés de ser de R\$ 2.616,62 é de R\$ 2.370,18, em virtude do crédito utilizado referente à nota fiscal nº 27 ser de R\$ 636,00, e não de R\$ 386,55, por se tratar de nota fiscal oriunda do Estado da Paraíba, conforme documentos de fl. 1624, e registros do livro Registro de Entrada, de fls. 195 a 205, e demonstrativo de fls. 1630 a 1632.

Concordo com as correções efetuadas pelo autuante, pois amparada em documentos anexados na peça de defesa, ficando a infração 01 no valor de R\$ 15.282,07, conforme demonstrativo de débito de fl. 1633.

Infração parcialmente mantida.

Com relação à infração 02, esta não foi contestada pelo autuado, e deve ser mantida no valor originariamente exigido, de R\$ 4.909,74.

Voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, devendo ser homologado os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232968.0003/08-6**, lavrado contra **CASA DE COUROS SANTANA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 20.191,81**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologado os valores recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de dezembro de 2008.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - RELATORA

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO - JULGADOR